



CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO
CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS
2ª CÂMARA DE JULGAMENTO

ATA DA 36ª (TRIGÉSIMA SEXTA) SESSÃO ORDINÁRIA VIRTUAL, REALIZADA POR VIDEOCONFERÊNCIA, DA 2ª CÂMARA DE JULGAMENTO DO CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS DO ESTADO DO CEARÁ DO ANO 2020.

Aos 14 (*catorze*) dias do mês de dezembro do ano 2020 (*dois mil e vinte*), às 8h 30min. (*oito horas e trinta*), após verificado o quórum regimental estabelecido no art. 52 do RICRT/CE, e amparado pela Portaria nº 158, de 12 de junho de 2020, que regulamenta a realização de sessão de julgamento não presencial por meio de videoconferência, foi aberta a 36ª (*trigésima sexta*) Sessão Ordinária Virtual da 2ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários do Estado do Ceará, sob a Presidência da Dra. Maria Elineide Silva e Souza. Presentes à Sessão os Conselheiros Henrique José Leal Jereissati, Carlos Raimundo Rebouças Gondim, Leilson Oliveira Cunha, José Alexandre Goiana de Andrade, Wander Araújo de Magalhães Uchôa e Jucileide Maria Silva Nogueira. Também presente, o Procurador do Estado, Dr. Ubiratan Ferreira de Andrade. Presente ainda, secretariando os trabalhos da Câmara, a Sra. Silvana Rodrigues Moreira de Souza. Iniciada a sessão, foi aprovada a Ata da sessão anterior e as resoluções referentes aos seguintes processos: 1/1837/2017 – Relator: Wander Araújo de Magalhães Uchôa. Passando à **ORDEM DIA**, foram apreciados os seguintes processos: **Processo de Recurso nº 1/2642/2018 – Auto de Infração: 1/201804503. Recorrente: COMERCIAL MAB LTDA. Recorrido: Célula de Julgamento de 1ª Instância. Relator: CONSELHEIRO JOSÉ ALEXANDRE GOIANA DE ANDRADE. Decisão:** A 2ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários resolve por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário e deliberar sobre as seguintes questões apresentadas pela parte: **1. Quanto a preliminar de nulidade suscitada em razão da aplicação retroativa de penalidade mais gravosa** – Foi afastada por unanimidade de votos, tendo em vista que já existia, à época da ocorrência dos fatos geradores, penalidade para a infração. **2. No mérito**, por maioria de votos, a 2ª Câmara resolve dar parcial provimento ao recurso interposto, para modificar a decisão condenatória exarada em 1ª Instância e julgar **parcialmente procedente** o feito fiscal, excluindo da base de cálculo as notas fiscais que foram regularmente escrituradas no mês de janeiro 2016, aplicando a penalidade prevista no art. 123, VIII, “L” da Lei nº 12.670/96, com as alterações da Lei nº 16.258/2017, nos termos do voto do Conselheiro Relator e em desacordo com o Parecer da Assessoria Processual Tributária e, também em desacordo com a manifestação oral do representante da Procuradoria Geral do Estado. Vencidos os Conselheiros Henrique José Leal Jereissati e Leilson Oliveira Cunha que se pronunciaram pela parcial procedência da autuação, excluindo da base de cálculo as notas fiscais que foram regularmente escrituradas no mês de janeiro 2016, aplicando a penalidade do art. 123, III, “g” da Lei nº 12.670/96, conforme entendimento do representante da Procuradoria Geral do Estado, manifestado oralmente em sessão. Esteve presente para sustentação oral, o representante legal da Recorrente, Dr. Filipe Macedo. **Processo de Recurso nº 1/2641/2018 – Auto de Infração: 1/201804501. Recorrente: COMERCIAL MAB LTDA. Recorrido: Célula de Julgamento de 1ª Instância. Relator:**

CONSELHEIRO WANDER ARAÚJO DE MAGALHÃES UCHÔA. **Decisão** A 2ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários resolve por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário e deliberar sobre as seguintes questões apresentadas pela parte: **1. Quanto a preliminar de nulidade suscitada em razão da aplicação retroativa de penalidade mais gravosa** – Foi afastada por unanimidade de votos, tendo em vista que a já existia, à época da ocorrência dos fatos geradores, penalidade específica para a infração. **2. Na sequência, por unanimidade de votos, a 2ª Câmara de Julgamento resolve converter o curso do julgamento do processo em realização de perícia, para que se atenda aos seguintes quesitos:** **1.** Realizar Junção dos produtos de idêntica descrição com códigos diferentes que constam na planilha de fls. 39 a 51, os quais apresentam tanto omissão de entrada como omissão de saída e que tenham mesma unidade de quantidade, levando em consideração toda a descrição da mercadoria; **2.** Realizar Junção dos produtos de idêntica descrição com códigos diferentes que constam no Relatório Totalizador do CD anexado aos autos, os quais apresentam tanto omissão de entrada como omissão de saída e que tenham mesma unidade de quantidade, levando em consideração toda a descrição da mercadoria; **3.** Intimar a recorrente para apresentar, com provas documentais, pedidos de junção em situações semelhantes previstas no item 2; **4.** Analisar a pertinência dos pedidos de junções apresentados com fins de atendimento ao previsto no inciso 2 e em caso negativo desconsiderá-los; **5.** Intimar a recorrente a indicar assistente de perícia; **6.** Prestar outras informações, esclarecimentos pertinentes à perícia requerida. Tudo nos termos do Despacho para a Célula de Perícias Fiscais e Diligências, a ser elaborado pelo Conselheiro Relator. Os Conselheiros José Alexandre Goiana de Andrade e Jucileide Maria Silva Nogueira concordaram com a realização de perícia, mas apresentaram divergência no sentido de discordar da junção somente nos itens que tenham concomitantemente omissão de entradas e omissão de saídas, devendo entrar na junção todos os itens que tenham a mesma nomenclatura ou descrição de produto. Esteve presente para sustentação oral, o representante legal da Recorrente, Dr. Filipe Macedo. **Processo de Recurso nº 1/3342/2017 – Auto de Infração: 1/201702058. Recorrente: Célula de Julgamento de 1ª Instância. Recorrido: CENTRAL DE REPRESENTAÇÕES COMÉRCIO E SERVIÇOS DE LIMPEZA LTDA. Relator: CONSELHEIRO JOSÉ ALEXANDRE GOIANA DE ANDRADE.** **Decisão:** A 2ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários resolve por unanimidade de votos, conhecer do Reexame Necessário, e por maioria de votos, dar-lhe parcial provimento, para modificar a decisão singular e julgar **parcialmente procedente** o feito fiscal, nos seguintes termos: **1.** Excluindo da base de cálculo as notas fiscais escrituradas no mês de janeiro e março de 2014 que totalizaram R\$ 206.804,47 (duzentos e seis mil, oitocentos e quatro reais e quarenta e sete centavos), bem como, as notas fiscais emitidas pela empresa Dirvesey Brasil Química, cujas operações foram canceladas mediante a emissão de notas fiscais de entrada, no valor de R\$ 27.145,96 (vinte e sete mil, cento e quarenta e cinco reais e noventa e seis centavos); **2.** Para as notas fiscais não escrituradas, manter a cobrança de imposto, nos termos do Dec. nº 29.560/2008, aplicando a multa e prevista no art. 123, VIII, “L” da Lei nº 12.670/96, com as alterações da Lei nº 16.258/2017, nos termos do voto do Conselheiro Relator, de acordo com o Parecer da Assessoria Processual Tributária, mas em desacordo com a manifestação oral do representante da Procuradoria Geral do Estado, no que se refere à penalidade aplicada. Vencidos os Conselheiros Henrique José Leal Jereissati e Leilson Oliveira Cunha, que votaram pela parcial procedência, **1.** Excluindo da base de cálculo as notas fiscais escrituradas no mês de janeiro e março de 2014 que totalizaram R\$ 206.804,47 (duzentos e seis mil, oitocentos e quatro reais e quarenta e sete centavos), bem como, as notas fiscais emitidas pela empresa Dirvesey Brasil Química, cujas operações foram canceladas mediante a emissão de notas fiscais de entrada, no valor de R\$ 27.145,96 (vinte e sete mil, cento e quarenta e cinco reais e noventa e seis centavos). Para as notas fiscais não escrituradas, manter a cobrança de imposto, nos termos do Dec. nº 29.560/2008, aplicando a multa e prevista art. 123, III, “g”, da Lei nº 12.670/96, por ser específica ao caso, conforme entendimento do representante da Procuradoria Geral do Estado. **Processo de Recurso nº 1/3341/2017 – Auto de Infração: 1/201702057. Recorrente: Célula de**

Julgamento de 1ª Instância. Recorrido: CENTRAL DE REPRESENTAÇÕES COMÉRCIO E SERVIÇOS DE LIMPEZA LTDA. Relator: CONSELHEIRO HENRIQUE JOSÉ LEAL JEREISSATI. Decisão: A 2ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários resolve por unanimidade de votos, conhecer do Reexame Necessário, para deliberar sobre as seguintes questões apresentadas pela parte: **1. Quanto a alegação de decadência relativa ao mês de janeiro de 2012, com base no art. 150, §4º, do CTN** – Foi afastada, por unanimidade de votos, com fundamento no art. 173, I, do CTN. **2. No mérito**, por maioria de votos, resolve dar parcial provimento ao Reexame Necessário, para modificar a decisão singular e julgar **parcialmente procedente** o feito fiscal, nos seguintes termos: 1.Excluir da base de cálculo as notas fiscais emitidas pela empresa Dirvesey Brasil Química, cujas operações foram canceladas mediante a emissão de notas fiscais de entrada; 2- Para as notas fiscais não escrituradas, manter a cobrança de imposto, nos termos do Dec. nº 29.560/2008, aplicando a multa e prevista no art. 123, VIII, “L” da Lei nº 12.670/96, com as alterações da Lei nº 16.258/2017, nos termos do primeiro voto divergente e vencedor, proferido pelo conselheiro Carlos Raimundo Rebouças Gondim, que ficou designado para lavrar a resolução, de acordo com o Parecer da Assessoria Processual Tributária no que tange à multa, mas em desacordo com a manifestação oral do representante da Procuradoria Geral do Estado, no que se refere à penalidade aplicada. Observando que quanto a Nota Fiscal nº 758.928 (compra de um veículo para o ativo imobilizado), deve ser excluída a cobrança do imposto e aplicar a multa prevista no art. 126, parágrafo único da Lei nº 12.670/1996, alterada pela Lei nº 13.418/2013. Vencidos os Conselheiros Henrique José Leal Jereissati e Leilson Oliveira Cunha, que votaram pela parcial procedência, excluindo da base de cálculo as notas fiscais emitidas pela empresa Dirvesey Brasil Química, cujas operações foram canceladas mediante a emissão de notas fiscais de entrada; 2- Para as notas fiscais não escrituradas, manter a cobrança de imposto, nos termos do Dec. nº 29.560/2008, aplicando a penalidade prevista no art. 123, III, “g”, da Lei nº 12.670/96, por ser específica ao caso, conforme entendimento do representante da Procuradoria Geral do Estado. **Nada mais havendo a tratar**, o Sr. Presidente deu por encerrados os trabalhos, tendo antes convocado os membros da Câmara a participarem da próxima sessão ordinária virtual, a realizar-se no dia 15 de dezembro do corrente ano, às 8h30min. (*oito horas e trinta minutos*). E para constar, eu, Silvana Rodrigues Moreira de Souza, Secretária da 2ª Câmara, lavrei a presente ata que vai por mim subscrita e assinada pelo Presidente da Câmara de Julgamento, na forma do parágrafo único do art. 13 da Portaria nº 158/2020, de 12 de junho de 2020.

Maria Elineide Silva e Souza
PRESIDENTE DA 2ª CÂMARA

Silvana Rodrigues Moreira de Souza
SECRETÁRIA DA 2ª CÂMARA